

# Negro na universidade, branco no trabalho de campo: reflexões sobre representação e desigualdade racial na academia

BRUNO RODRIGO CARVALHO DOMINGUES

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

**DOI** 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p295-309

**resumo** Este texto visa refletir acerca do processo de inversão das lógicas de pesquisa em antropologia, processo pelo qual os “outros” passam a desempenhar o papel de pesquisadores. Farei isso através de relatos em primeira pessoa, a partir de algumas experiências de pesquisa em comunidades quilombolas da Amazônia paraense, onde a naturalização da “antropologia dos brancos” fez com que alguns moradores me tratassem como um pesquisador branco, quando sou negro. Tal fato me fez refletir sobre ações afirmativas, representação, racismo institucional e a necessidade urgente de enegrecermos os espaços universitários.

**palavras-chave** ações afirmativas; desigualdade racial; racismo institucional; representação.

**Black in the university, white in the fieldwork: reflections about representation and racial inequality in the academy**

**abstract** This text aims to reflect on the process of inversion of the logics of research in anthropology, a process by the "others" begin to play the role of researchers. I will do this through first-person reports, based on some research experiences in quilombola communities in the paraense amazon, where the naturalization of the "anthropology of whites" caused some residents to treat me as a white researcher when I am black. This fact did me reflect on affirmative action, representation, institutional racism and the urgent need to blacken university places.

**Keywords:** affirmative actions; racial inequality; institutional racism; representation.

## Introdução<sup>1</sup>

*À Dona Neuzarina, com carinho.*

Ser negro  
Não é somente  
Lamentar o passado  
E resistir ao presente  
Mas é lutar e ser valente  
E tomar o que foi roubado  
Desde que foi sequestrado  
E nem tido como gente  
Porque agora é consciente  
Pois de tanto ter apanhado  
Tantas vezes revidado  
Traz na pele o legado  
De um povo resistente.

(Ser Negro – Renato Caranã – Texto inédito, 2017).

Historicamente, a antropologia se caracterizou enquanto o estudo da alteridade entre o “eu” e o “outro”, sendo o “eu” configurado majoritariamente por homens brancos. Se pensarmos nas correntes antropológicas, a presença de mulheres e negros se dá com mais vigor a partir do advento das teorias críticas e dos estudos pós e decoloniais<sup>2</sup>. Neste sentido, o “outro” por muito tempo foi visto em uma perspectiva que não necessariamente é a sua, tendo suas vidas analisadas como “objeto” de pesquisa, como incapaz de escrever sua própria história, de falar por si.

Felizmente, esta realidade vem mudando, e hoje é possível ver aquele antes tido como “o outro” assumindo postos de pesquisas, em salas de aulas na academia. Subvertendo, portanto, a ordem pré-estabelecida. Contudo, em um país que conta com uma extrema desigualdade/exclusão social, racial e de gênero, pesquisadores negros ainda se encontram em um ambiente hostil. Enquanto pesquisadores brancos lidam com os

---

1 Quero deixar público os meus agradecimentos aos/às meus/minhas caríssimos/as amigos/as *Ciro Brito, Flávia Câmara e Raylane Braz de Oliveira* pela leitura em primeira mão deste artigo e pelas valiosíssimas contribuições, mas me responsabilizo pelas palavras que aqui trago. Aos moradores da Comunidade Quilombola de Bairro Alto por me doarem minutos, talvez horas, de seu tempo para que diversos trabalhos tenham sido produzidos. Por fim, agradeço ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela Bolsa de Iniciação Científica.

2 É certo que houve contribuições importantíssimas por parte de mulheres ao longo das correntes antropológicas, contudo, a maior expressão destas se dá a partir dos estudos feministas, com o advento das teorias críticas e/ou pós-estruturalistas e decoloniais.

prazos das agências de fomento e seus problemas pessoais, pesquisadores negros lidam diariamente com o racismo pessoal, institucional, prazos, e com o não reconhecimento de seu trabalho.

Na perspectiva das teorias acerca do lugar de fala, muito bem reunidas no mais recente livro de Djamilla Ribeiro (2017) defino aqui o meu: Sou um homem negro, morador da periferia de uma cidade do interior da Amazônia que rompeu com a linha do “outro” epistemológico e passou a desempenhar a função de pesquisador. Minhas características fenotípicas são marcadamente negras, meus cabelos são crespos, faço uso de uma estética marcadamente afro-brasileira, meu nariz é largo, meus lábios grandes, contudo, dada a miscigenação entre brancos, negros e índios, nasci com a pele não tão escura, não sou um negro “retinto”.

Em novembro de 2015 eu atravessava a Baía do Guajará e a Baía do Marajó e chegava a Salvaterra, na Ilha do Marajó, para pesquisar em uma de suas 16 (dezesseis) comunidades quilombolas (FCP, 2016)<sup>3</sup>. Marajó me ensinou muita coisa, a academia também, mas o que eu posso afirmar que mais venho aprendendo neste período é sobre ser um corpo “estranho” em um lugar que deveria não ser. A academia.

Quando cheguei até a comunidade em que desenvolvemos a pesquisa, percebi algo diferente. Eu estava sendo tratado por parte dos meus interlocutores de uma forma que nunca antes fui: eu estava sendo lido enquanto uma pessoa branca. E eu não conseguia entender os motivos. Talvez ai tenha sido a primeira identificação de mim mesmo enquanto um “corpo estranho”, e foi a partir de então que passei a mergulhar no universo dos estudos sobre raça e até mesmo a participar com maior vigor dos espaços do movimento negro, numa busca de tentar não mais me sentir enquanto tal corpo.

Este e outros acontecimentos me levam a escrever estas reflexões, em busca de manifestar nelas as minhas subjetividades de pesquisa, afinal, o pesquisador não é um ser isolado nos processos sociais, ele também possui suas subjetividades e o campo também pode reproduzir normalizações sociais quando se trata de um pesquisador em que os marcadores sociais das diferenças de raça, classe, gênero e sexualidade se cruzam. Portanto, meu objetivo neste escrito é socializar alguns acontecimentos de pesquisa de campo, refletir sobre estes e analisar a partir de recortes raciais o quanto a nossa

---

3 O projeto “Ecologia de Saberes na Ilha do Marajó: aprender-ensinar pela interdisciplinaridade e inclusão” objetivava inserir no cotidiano escolar os elementos da cultura local e criticar algo que ocorre nos currículos das escolas do campo, a lógica de valorizar o cidadão. O projeto foi coordenado pelo Professor Dr. Flávio Bezerra Barros, orientador de minha pesquisa. Ao professor e amigo, enormes agradecimentos.

representação muda de acordo com cada espaço, bem como Erving Goffman (2009) nos ensinou. Na universidade eu sou um corpo estranho, que sofre racismo institucional, que sofre racismo pessoal, que tem o acesso interrompido ao campus em dias de “vadião”, as tradicionais festas universitárias que aconteciam na Universidade Federal do Pará - UFPA às quintas-feiras e sextas-feiras, tendo de apresentar carteira estudantil para “provar” que é estudante de uma universidade pública, mesmo estando a caminho da sala de aula, por estudar no período noturno.<sup>4</sup> Em pesquisa de campo também fui um corpo estranho, lido de um modo que não reconheço, visto como a personificação das instituições, e instituições são brancas.

Quando as situações que aqui trago aconteceram eu não pensei em publicá-las, pensei em deixar armazenadas em meus cadernos de campo e deixar passar, contudo, ao tomar conhecimento da efervescência deste discurso durante a mesa “Universidade e ações afirmativas”, do seminário “Universidade, inclusão social e luta contra a desigualdade: contribuições da antropologia do PPGAS/MN” em setembro de 2015 e que gerou depois o dossiê “Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social” pela Revista de Antropologia (v. 60, n. 1), decidi expor o que nos acontece na academia e no trabalho de campo, pois além de trocar experiências com outros pesquisadores negros que em algum momento podem ter passado por inquietações como as que aqui trago, penso como Beatriz Nascimento (2006), é tempo de falarmos de nós mesmos.

Em minhas próximas frases, tratarei acerca dos acontecimentos em Marajó, na academia e da minha (re)descoberta enquanto um aspirante a pesquisador negro, amazônida, bissexual, interiorano, e que, desde então, necessita agenciar suas próprias

---

4 A Universidade Federal do Pará fica situada entre os bairros Guamá e Terra Firme, que concentram as maiores favelas da cidade de Belém. O “complexo do vadião” é um espaço recreativo às margens do Rio Guamá, dentro da UFPA, onde até 2017 os discentes podiam realizar festas para arrecadação de fundos para as formaturas. As festas sempre eram abertas para a comunidade interna e externa. Com a redução do número de agentes de vigilância na universidade ocorrido devido ao corte de verbas nas instituições públicas Pós-Golpe de 2016, o número de atos violentos (assaltos, furtos, arrastões, brigas) e o fluxo do tráfico de drogas no complexo do vadião em dia de festa aumentaram, fazendo com que a portaria da instituição tomasse algumas medidas, entre elas a exigência de apresentação da documentação estudantil para adentrar o campus, numa tentativa de fazer com que somente os alunos desfrutassem deste espaço, algo que em si já é problemático por se tratar de uma universidade pública. Contudo, tal medida passou a corroborar para o racismo institucional, pois os seguranças e agentes de portaria solicitavam a identificação baseando-se em estereótipos raciais, enquanto pessoas negras eram impedidas de ter acesso ao campus sem apresentação de documentos, pessoas brancas e em carros poderiam ter livre acesso. Tal atitude gerou uma série de manifestações dentro e fora da universidade. Eu fui um dos estudantes que por vezes precisou passar pela seleção etnicorracial da segurança do campus e somente passei a entrar na universidade sem precisar apresentar os documentos depois que me tornei conhecido pelos seguranças. Sobre as Manifestações recomendo leitura da nota de repúdio e denúncia do Movimento Negro Auto Organizado da UFPA (NEGRITATO/UFPA) publicada no Facebook: <https://bit.ly/2uSgy5U> acesso em 06 de abril de 2018.

categorias sociais para, junto a diversos outros pesquisadores negros, mudar aos poucos a realidade em nosso meio.

### **Da periferia ao centro: a percepção das diferenças e a ausência de pesquisadores negros**

Eu nasci, cresci e vivo em uma cidade da região do Baixo Tocantins, chamada Barcarena. Lá, até meus 17 anos de idade, a questão da desigualdade racial me passara despercebido, afinal, eu estudava em uma escola pública e morava na periferia. Os meus colegas de turma eram negros e as comunidades com as quais eu tinha contato eram de pessoas negras. Estudei durante todo o Ensino Médio, em uma escola que ficava próxima a um território reconhecido recentemente enquanto território quilombola. Dado estas configurações, (o mito da) a democracia racial, muito difundida após a publicação de Freyre (2003) [1933], onde se acreditava que a miscigenação era um reflexo da igualdade de um povo (em uma leitura muito romântica das relações raciais) era facilmente aceita.

Ao concluir o Ensino Médio, era hora de preparar-me para o vestibular, e como não passei durante a primeira tentativa, fiz um curso preparatório em uma escola particular de minha cidade – situação similar a de Pereira (2017) - e lá pude reconhecer a desigualdade, em uma sala de aula onde eu era um dos poucos alunos negros. Ao meu lado, filhos de empresários e funcionários das indústrias barcarenenses – Barcarena é um dos maiores polos industriais do Estado – todos brancos. Fui alocado em uma turma onde o número de negros era mais reduzido ainda. As aprovações nos vestibulares de oito universidades foram obtidas por mim, todas pelo sistema de cotas raciais, mas escolhi a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará, campus da cidade de Belém, capital do Estado, tendo migrado para o curso de Ciências Sociais após sofrer racismo institucional na Faculdade de Economia<sup>5</sup>.

Ao entrar na universidade, confirmei o que vi no curso pré-vestibular, a universidade tem cor, e essa cor não é preta! “Mas, como em um Estado com 76,7% da

---

<sup>5</sup> Sobre o racismo institucional sofrido na Faculdade de Economia da UFPA: fui constrangido por um professor da Faculdade de Economia quando na frente da turma ele me chamou de “aluno digno de pena”, disse que o “mercado vai cuidar de mim”, pois pessoas do meu “tipo” “quem cuida é o mercado”, tentando em seguida desferir um chute contra a minha face, contudo sem acertá-la. Tudo isso após eu ter denunciado a postura abusiva que ele tinha com os discentes. A Faculdade de Economia se posicionou a favor do professor e me responsabilizou pela humilhação que eu sofri. Com isso abri um processo nas instâncias administrativas da UFPA que ficou sem resolução na mesa do diretor por dois anos e quando este o respondeu disse “o discente abandonou o curso, entendemos que o problema foi resolvido”, este ato se configura enquanto racismo institucional, pois mantém a estrutura de poder racializada nas universidades, onde um professor branco está no topo e o aluno negro marginalizado e foram os mantenedores desta estrutura que me fizeram desistir de uma formação em economia. O processo ainda está em andamento.

população sendo negra (pretos e pardos), segundo dados do IBGE (2010), a universidade é branca? As políticas de inclusão dos últimos governos não resolvem o problema?” Fiquei a me perguntar... Acontece que não é possível esperar soluções imediatas para um problema histórico, mesmo com a reserva de vagas, muitos discentes acabam por desistir da formação universitária, pois a universidade não está preparada para nos receber, sofremos racismo institucional, a educação de base não é de qualidade, a assistência estudantil é escassa e as taxas de evasão escolar em todos os níveis são maiores entre os alunos negros (MUNANGA, 2007).

As situações racistas vivenciadas nas universidades brasileiras se devem à histórica ausência do negro nestes espaços, fazendo com que alguns alunos e professores tenham contato com as relações inter-raciais somente neste período (MUNANGA, 2007). Além disso, há um grande empecilho inicial, pois as marcas do racismo pessoal ao chegarem à academia ganham proporções maiores, “se revigoram no interior das instituições”, o racismo pessoal se transforma em/se complementa com racismo institucional (ARÊDA-OSHA, 2016, p. 9) que segue “camuflado”, pois por causa do mito da democracia racial os brasileiros não conseguem se reconhecer enquanto racistas fazendo com que a população negra que consegue ter acesso às salas de aula universitárias ainda lidem com a frustração de viver a desigualdade e sentir-se alheia às instituições.

Ao nos sentirmos desta forma, parece haver apenas duas alternativas: desistir - como eu fiz em relação à Faculdade de Economia - ou agenciar suas identidades para conseguir sobreviver em um “mundo conceitual branco” (CARDOSO, 2010) em que a desigualdade, segundo eles, inexistente.

A pouca presença do negro nas universidades, também implica no número pequeno de docentes/pesquisadores negros, configurando este um espaço de socialização branca ao longo da história. Durante os anos 90, por exemplo, entre 97% e 98% dos negros de 18 a 25 anos no Brasil estava fora da universidade (HENRIQUES, 2001). Neste sentido, a luta contra o racismo em qualquer um de seus planos deve ocorrer através da ocupação dos espaços que foram em outrora negados à população negra, como a academia. Ser um cientista negro é inverter uma lógica branca que há muito paira nas academias e que foi responsável pelo racismo científico<sup>6</sup> e por um verdadeiro “*apartheid epistemológico*” (RABAKA, 2010 *apud* NASCIMENTO; CRUZ, 2017, p. 10), é romper com a lógica de

---

6 Mais em Pinho (2016); Schwarcz (1993).

dominação, é recusar uma “história única” (ADICHIE, 2009). Comecei a entender as diferenças e os marcadores que me atravessam somente após passar por episódios racistas na primeira graduação.

### **Entre os interlocutores e os colegas pesquisadores: os desafios de uma antropologia preta e amazônica**

Quando cheguei, juntamente com o grupo de pesquisa, ao arquipélago marajoara, ficamos encantados com tamanha beleza. Nos dirigimos ao centro do município de Salvaterra e, em seguida, fomos para a comunidade quilombola de Bairro Alto, situada a 12 km da sede municipal. O quilombo conta com 182 casas, abrigando 610 moradores que vivem das suas relações com a agrobiodiversidade local, do cultivo de mandioca, maxixe, melancia e da prática da pesca artesanal, além do extrativismo.

No primeiro dia fomos até a escola para uma reunião com os professores para explicar a pesquisa, e pedir apoio a estes. Durante o segundo dia, José Luis Souza<sup>7</sup> e eu, visitamos algumas famílias para observar e conversar com estas sobre as tradições locais, os modos de comer e suas relações com a agrobiodiversidade. Em uma destas visitas, chegamos à casa de D. Neuzarina, aposentada e agricultora, que nos recebeu com bastante alegria, nos convidou a entrar, nos ofereceu algumas tapiocas com café e traçamos diálogos acerca da agrobiodiversidade, religiosidade, cultura, identidades. Foi quando neste perímetro da conversa, a interlocutora disse:

Eu não consigo entender o porquê das pessoas terem isso de racismo, falarem mal da gente, não gostarem da gente, a nossa cor é tão bonita! Eu sou linda e tenho muito orgulho de ser essa neguinha aqui! Eu amo ser negra! Não acho branco bonito, me desculpa moço (apertando minha mão), nada contra você, viu?! Mas é que ser branco não deve ser tão bom quanto ser negro que nem a gente [apontando para ela e para o José] (Dona Neuzarina, novembro de 2015).

Ao ser socialmente lido enquanto branco, a primeira coisa que falei foi: “Ai, Dona Neuzarina, eu sou negro, assim como a senhora e o José”. Ela me olhou, riu e mudamos de assunto. Mas a fala dela ficou na minha mente. Saindo da casa dela, perguntei ao José o

---

7 Quilombola e pesquisador, bacharel e licenciado em Etnodesenvolvimento pela UFPA.

motivo pelo qual ela me interpretou desta forma, José respondeu: “É por que tu vieste de fora, da capital, e representando a universidade” (José, novembro de 2015).

Em outros momentos, outras pessoas da comunidade passaram a me tratar assim. Em uma das idas a campo ouvi de uma vizinha da casa que eu estava que eu tinha voltado “mais pavulagem”, termo amazônico que indica alguém “de nariz em pé”, que aparenta status social elevado, que “não gosta de se misturar”. Algo que achei muito estranho, pois em campo eu vou da escola à roça, do forno de farinha à festa de aparelhagem, sempre fui muito bem quisto pelos interlocutores. Mas a frase que Doca, a filha da senhora que me hospedava, disse em seguida deixou nítido do que “pavulagem” se tratava. Ela disse “verdade, parece até que ele veio mais branco”. Olhei para elas e disse “oxi’, que eu sou o mesmo Bruno...”, “é nada, veio todo pavulagem sim... ta ai pra cima e pra baixo resolvendo as coisas, anotando, calculando...”, disse Doca. Foi então que eu percebi que o que me embranquecia era o fato de naquele campo específico eu coordenar a equipe e organizar um evento na comunidade para apresentar resultados dos nossos projetos. Eu precisava verificar se o que iríamos fazer ia se enquadrar no orçamento, organizar o retorno da equipe para Belém e isso eu fazia ali na casa em que estávamos, pois lá ficávamos mais à vontade.

As relações de poder de quando se está a representar um órgão federal, principalmente quando é um órgão ligado ao conhecimento científico, normalmente são hierarquizadas, e quando elas se dão em um contexto interiorano ou em situações de etnicidade diferenciada, os moradores destes contextos tendem a nos tratar enquanto “doutores”, “professores”, sem sequer esta ser a nossa titulação. Algo que eu já tinha percebido em outros trabalhos de campo, em outras comunidades, e sempre, como é nosso papel estabelecer o diálogo sem sobreposição de saberes, tentamos desconstruir pedindo para sermos chamados pelos nomes. Mas ser associado a um padrão branco me era novidade.

Dado a inconformidade com o ocorrido, recorri à bibliografia, na tentativa de entender melhor estes processos. Durante a consulta, identifiquei obras que tratam acerca da “branquitude” (BENTO, 2002; CARDOSO, 2010, 2014; MOREIRA DE JESUS, 2012), onde tratam da temática através dos privilégios sociais obtidos pelos membros de tal grupo.

Maria Aparecida Bento (2002, p. 25) define branquitude como “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”, estando em constante transformação (CARDOSO, 2014). Definição que vai de encontro ao que Hall (2003) afirma sobre as identidades: que são mutáveis. Contudo, a transformação desta identidade racial branca, pode se dar a partir da percepção dos seus privilégios e o repúdio a eles, embora estes nunca abandonem a pessoa branca. Cardoso (2010) afirma que ser branco pode ser interpretado enquanto *ser o poder* ou *estar no poder* em determinado momento, o que vai de encontro ao que fora dito por Dona Neuzarina, pressuposto por José e que se confirmou nas falas de Doca e da vizinha sobre eu estar “pavulagem”.

Em novembro de 2015 somente realizavam trabalho de campo no local dois pesquisadores negros, José Luis e eu. Porém, José não enfrentara o mesmo tratamento que eu tive, de ser lido enquanto um pesquisador branco, por ele ser quilombola e sua comunidade vizinha à comunidade estudada.<sup>8</sup>

Foi com pesar que pude reconhecer o que Lourenço Cardoso (2014) já alertara, que a sociedade não está socializada para perceber o negro em situações de execução de alguma forma de poder, sendo este poder concebido a partir de representações de instituições ou a partir do desempenho de funções apreciadas socialmente.

O branco possui todo o poder, ser branco é ser poder, e mesmo assim, não abrem mão de nenhum espaço, não fazem concessão de nenhuma parte do que considera seu espaço, aquele de maior poder, não pelo quanto se ganha, mas pelo fascínio que exerce, devido aos conhecimentos técnicos que possui. Se o negro ocupa essa profissão produz estranhamento na sociedade racializada como um todo. Em virtude de uma mentalidade com uma perspectiva desmedidamente branca (CARDOSO, 2014, p. 90-91).

Neste sentido, o estranhamento da interlocutora, ao dizer que meu comportamento estava diferente, e a conseguinte leitura de uma identidade que não reconheço se justifica a partir da análise da posição pela qual eu me encontrava naquele momento, não possuindo esta qualquer culpa da reprodução de um pressuposto

---

<sup>8</sup> Em anos anteriores, outros pesquisadores negros realizaram trabalhos no quilombo em questão, contudo, não tenho informações se estes também passaram por estas situações. Após 2015 outros pesquisadores negros passaram a desenvolver pesquisas na comunidade.

estabelecido a partir de bases históricas e que constituem um padrão através da forma como a comunicação sobre os processos sociais se dá (QUIJANO, 2000).

Quando compartilhei estas minhas reflexões durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia (João Pessoa – PB), no “GT 033. Etnografias das Interseccionalidades: Raça e Gênero no Contexto Latino-americano das Políticas Públicas” coordenado por Laura Cecília López (UNISINOS) e Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB), pude ouvir diversas outras histórias parecidas com esta, onde pesquisadoras/es negras/os foram identificadas/os pelos seus interlocutores, que também eram negros, como “brancas/os” ou “morenas/os”, mas nunca “negras/os”. Uma das frases me chamou atenção no relato de uma das pesquisadoras participantes: um interlocutor de seu campo havia rebatido “não, não, a senhora é morena, não é como a gente” à afirmação dela se ser negra.

Decidi, portanto, mudar minhas abordagens e embarcar no pensamento decolonial a fim que minhas pesquisas pudessem, de algum modo, contribuir para o rompimento de uma estrutura de dominação que está intrínseca à atividade acadêmica. Foi quando encontrei outro desafio, de fazer ciência na Amazônia, haja vista que há uma tendência a apreciar os autores do eixo sul-sudeste do Brasil, enquanto os autores “fora do eixo” (GONTIJO, 2015) são marginalizados na academia e vistos, às vezes, como apenas “reprodutores de experiências”, enquanto os autores de “dentro do eixo” produzem teorias (FERNANDES; GONTIJO, 2016). Flávia Câmara (2017, p. 151) também aponta a importância de uma “descolonização amazônida” apontando a existência de um imaginário onde Norte e Nordeste são “selvagens” enquanto Sul e Sudeste são “civilização”.

Aqueles que mudam suas formas de análise em uma academia eivada por vícios coloniais são comumente acusados de intolerância (*sic*), por defender uma antropologia amazônica, cabocla, periférica, negra, feminina, *queer*. O problema é que há uma tendência em quem se acostuma com os novos colonialismos em não ouvir aquilo que é dito pelo subalterno, mesmo este na condição de pesquisador, como explicita Ratts (2006).

[...] Nesse campo não há nenhuma luta do bem contra o mal. Nem negros(as), nem brancos(as) são unívocos(as) em suas formulações. No entanto, na academia brasileira há uma barreira étnico-racial que se manifesta na baixa presença de homens negros e na quase ausência de mulheres negras no corpo discente. Apesar desse limite, alguns(umas)

conseguiram ir adiante no meio acadêmico podendo ser considerados(as) intelectuais pelo delinear de sua atuação, pelo seu pensamento próprio, veiculado, em geral, a duras penas e, por serem assim considerados por leitores(as) e críticos(as). No entanto, é perceptível como a produção acadêmica desses(as) pesquisadores(as) negros(as), incluindo Beatriz Nascimento, foi recusada ou refutada indiretamente por seus “pares” acadêmicos até o final da década de 1990. [...] Evidencia-se aqui um problema de grande profundidade: a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher ou homem, como produtor de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira, permeáveis, portanto, aos mecanismos da “invisibilidade negra” semelhantes em outros âmbitos sociais. (RATTS, 2006, p. 31).

Há, portanto, a necessidade de continuar a construção de um campo acadêmico nas regiões fora do eixo sul-sudeste a fim de reverter às lógicas e usar dos espaços institucionais privilegiados para a promoção de uma antropologia da “periferia” para a “periferia”.

### **“Toda presença preta é uma ocupação”<sup>9</sup>: pela permanente africanização dos espaços acadêmicos na Amazônia**

Dentre as conquistas educacionais, o movimento negro contemporâneo conquistou a reserva de vagas através do sistema de cotas, mencionado em outrora neste escrito. O sistema de cotas garante que a oferta de 50% das vagas nas Universidades Federais de Ensino seja destinada aos alunos pretos, pardos e indígenas que tenham cursado o Ensino Médio em escolas da rede pública, observando também índices socioeconômicos dos agentes. Contudo, nas Instituições Estaduais de Ensino o sistema de cotas raciais não é obrigatório, alguns estados possuem regulações próprias acerca da reserva de vagas com critérios raciais e/ou sociais. No Pará, por exemplo, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) somente inseriu o sistema de reserva de vagas em 2015 e apenas para alunos de escolas públicas, não considerando as cotas raciais. Instituições como a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas somente aderiram às

---

9 Frase gravada em uma pichação no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da UFPA, de autoria desconhecida.

cotas raciais em 2017, mas com aplicação para o vestibular de 2018 e 2019, respectivamente.

A antropologia foi muito útil à implantação do sistema de cotas nas universidades. No Pará, um bom exemplo é a tese de doutorado de Zélia Amador de Deus (2008), além de, claro, sua militância dentro da Universidade Federal do Pará e no Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) e, a nível nacional, os estudos de Kabengele Munanga foram de fundamental importância. Contudo, a antropologia também protagonizou um vergonhoso movimento contra as cotas, que explicita o pensamento de uma antropologia branca e fora da realidade, que não busca dividir os espaços da academia com os povos que lhes bancam os seus salários de pesquisadores, que lhes fornecem as informações que se transformam em monografias, dissertações, teses de doutorado e conferem prêmios àqueles que à época do *boom* das cotas viraram as costas para o movimento negro e deixaram nítido que a produção da antropologia tem uma cor que não é preta.

A implantação do sistema de cotas na Universidade Federal do Pará, por exemplo, representou, segundo Oliveira (2009) a retomada da discussão acerca da desigualdade racial no norte do país, o que Zélia Amador de Deus (2012) sugere como a possibilidade de verificar na Região Norte um espaço africanizado, uma vez que, segundo a autora, a região é sempre associada a um passado de gerações indígenas, invisibilizando o negro, que também esteve no processo de formação da sociedade paraense, como Vicente Salles (2004) enaltece em sua obra.

Mas, além disso, é preciso garantir que a população negra consiga chegar ao final dos cursos e ingressar em Programas de Pós-Graduação, é preciso que a academia rompa com vícios coloniais no que tange o acesso aos espaços de pesquisa em busca de novas configurações, o que, infelizmente, ainda não é uma realidade em muitas universidades, inclusive a UFPA.

### **Perspectivas...**

Quando falamos sobre pessoas negras, o racismo interfere diretamente em como representamos em cada situação, como pudemos observar a partir do que aqui foi relatado. Enquanto na universidade a minha representação me leva a enfrentar diversos entraves historicamente determinados, em campo, a minha representação me leva a adquirir

privilégios, pois sou visto de outro modo, em uma perspectiva outra, historicamente construída como o “eu” padrão.

Após a conquista destes espaços acadêmicos, seja pelas ações afirmativas, seja por outros meios, por parte da população negra poderemos agenciar nossa permanência nestes espaços, a fim de utilizarmos da condição privilegiada de discentes, docentes, pesquisadores, para produzir ciência para aqueles que, de fato, precisam ser alcançados por ela, não em uma perspectiva de sobreposição de saberes, mas em busca de uma ciência que corresponda aos anseios dos povos da Amazônia e rompa com as estruturas de dominação.

É necessário que as análises das relações raciais sejam feitas de modo a compreender os processos desiguais e tentar solucioná-los, numa perspectiva de combate às desigualdades. Deve-se buscar a redução constante dos privilégios brancos, de modo a cercear a perpetuação da dominação de um grupo social pelo outro, seja esta de modo concreto ou simbólico. Buscar a obtenção de titulações acadêmicas é um papel que vai além do esforço individual de cada pessoa, é necessário que haja incentivos para isso. Somente através da educação e da valorização dos corpos negros em sala de aula é que será possível minimizar este paradigma de que a academia é feita de (e para os) brancos.

As políticas públicas e econômicas baseadas na heterodoxia permitiram o acesso dos grupos historicamente subalternizados aos serviços públicos, como universidades públicas, privadas, acesso a crédito educacional, saúde e concursos públicos e, mesmo em tempos difíceis de um governo que representa exatamente uma sociedade racista e heteropatriarcal, precisamos ir além. É necessária a compreensão de que o corpo negro não é um corpo estranho, ele pertence às academias, aos locais de pesquisa, não mais como “objeto de pesquisa”, mas com total autonomia enquanto pesquisador.

### **Referências Bibliográficas**

- ADICHIE, Chimamanda. *The Danger of a Single Story*. TEDGlobal. 2009.
- ARÊDA-OSHAÍ, Cristina Maria. “O ressurgimento de antigas categorias em novos contextos – quilombos e quilombolas vivendo no presente”. *Revista da ABPN*. v. 8, n. 18. 2016, p.255-279.
- BENTO, Maria Aparecida da S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I; BENTO M. A. da S. (org.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2002.

- CARDOSO, Lourenço. “Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista”. In: *Revista latinoamericana de ciências sociais, niñez y juventude*. V. 8. 2010.
- CARDOSO, Lourenço. “A branquitude acrítica revisada e a branquitude”. *Revista da ABPN*. V.6, n. 13. 2014.
- CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. *Mulheres Negras Amazônidas frente à Cidade Morena: o lugar da psicologia, os territórios de resistência*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Belém: Universidade Federal do Pará. 2017.
- DEUS, Zélia Amador de. *Os Herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade*. Tese de Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.
- DEUS, Zélia Amador de. “Espaços africanizados do Brasil: algumas referências de resistências, sobrevivências e reinvenções”. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território*, V.3, N.2. 2012.
- FERNANDES, Estevão; GONTIJO, Fabiano de Souza. “Diversidade Sexual e de Gênero e Novos Descentramentos: Um Manifesto Queer Caboclo”. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 8, p. 14-22, 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ed. São Paulo: Global, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes. 2009.
- GONTIJO, Fabiano de Souza. “Antropologia Fora Dos Eixos? algumas considerações sobre as particularidades da formação de um campo de pesquisas no Piauí, Brasil”. In: *Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho)*, v. 12, p. 49-62, 2015.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG. 2003.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão. n. 807. 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2010. *Censo demográfico 2010*.
- MOREIRA DE JESUS, Camila. “Branquitude X Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco”. In: *III Ebecult - Encontro Baiano de Estudos em Cultura*, Cachoeira. 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, J. Q; SILVA, M. N da. (Orgs.) *O negro na universidade: o direito a inclusão* – Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2007.

- NASCIMENTO, Aline Maia; CRUZ, Barbara Pimentel da Silva. “Apresentação – Reflexões a partir da experiência do Museu Nacional”. *Revista de Antropologia (São Paulo, Online)*, 2017. v. 60 n. 1, p. 9-15.
- NASCIMENTO, Beatriz. “Parte 2 – É tempo de falarmos de nós mesmos”. In RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza, p. 91-129. 2006.
- OLIVEIRA, Fábio Pereira de. *Injúria racial e cotas: de que forma os inqueritos policiais poderão contribuir para o debate racial acerca das cotas na UFPA?*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Direito). Belém: UFPA, 2009.
- PEREIRA, Anderson. Preto, gay e do Norte: ações afirmativas na pele. *Revista de antropologia*. v. 60 n. 1, p. 35-46. 2017.
- PINHO. Vilma Aparecida de. Racialismo: abordagens históricas dos pressupostos do racismo. In. PINHO, V. A.; LOPES, R. *Educação para a diversidade: experiências inovadoras para a formação docente*. Curitiba: Editora CRV. 2016.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of World Systems Research*, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386.
- RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza, p. 91-129. 2006.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento. 2017.
- SALLES. Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos*, Belém: Paka-Tatu. 2004.
- SILVA, Tatiane Dias; Silva, Josenilton Marques. Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. *Nota técnica – IPEA*. 2014.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

**autor** Bruno Rodrigo Carvalho Rodrigues  
É graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará.

**Recebido em: 31/12/2017**

**Aceito para publicação em: 17/11/2018**